



CGU

Controladoria-Geral da União

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Secretaria de Gestão de Pessoas e de Relações de Trabalho – SGPRT

Exercício 2022

Controladoria-Geral da União (CGU)
Secretaria Federal de Controle Interno (SFC)

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Órgão: **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos**

Unidade Auditada: **Secretaria de Gestão de Pessoas e de Relações de Trabalho**

Município/UF: **Brasília/DF**

Relatório de Avaliação: **906388**

Missão

Elevar a credibilidade do Estado por meio da participação social, do controle interno governamental e do combate à corrupção em defesa da sociedade.

Avaliação

O trabalho de avaliação, como parte da atividade de auditoria interna, consiste na obtenção e na análise de evidências com o objetivo de fornecer opiniões ou conclusões independentes sobre um objeto de auditoria. Objetiva também avaliar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos relativos ao objeto e à Unidade Auditada, e contribuir para o seu aprimoramento.

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA CGU?

O presente trabalho teve por finalidade avaliar o tema de ressarcimento ao erário de valores monetários para fins indenizatórios ou que tenham sido recebidos indevidamente por agentes públicos ativos, inativos e seus pensionistas. A avaliação teve como enfoque a atuação da Secretaria de Gestão de Pessoas e de Relações de Trabalho (SGPRT), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, como órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec). Foram avaliados os normativos e as orientações relacionados ao tema, além dos controles exercidos e disponibilizados pela referida Secretaria, inclusive os sistêmicos, com o objetivo de mitigar ou impedir a ocorrência de interrupções indevidas dos procedimentos de ressarcimento ao erário.

POR QUE A CGU REALIZOU ESSE TRABALHO?

O trabalho está em consonância com as diretrizes do Plano Tático da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC/CGU) no que diz respeito ao tema governamental Eficiência e Modernização na Gestão Pública.

O ressarcimento ao erário é a restituição de valores pelos agentes públicos ativos e inativos, a título de reposição ou indenização. A verificação do ressarcimento integral dos valores devidos ao erário está relacionada à gestão da folha de pagamento, de forma que a avaliação do tema contribui para a promoção da conformidade legal dos gastos de pessoal.

QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA CGU? QUAIS AS RECOMENDAÇÕES QUE DEVERÃO SER ADOTADAS?

Com base nos exames realizados, concluiu-se que existem interrupções de ressarcimento ao erário motivadas precipuamente por decisões judiciais e óbito dos devedores, mas que ao mesmo tempo há fortes indícios de ocorrências de interrupções indevidas e/ou imotivadas.

Por um lado, constatou-se que os normativos são, em regra, suficientes para disciplinar o procedimento de ressarcimento ao erário, não obstante haver elevado número de orientações, com entendimentos do órgão central do Sipec, que se encontram disponibilizados no Sigepe Legis de forma desordenada e por vezes de difícil localização. Por outro, verificou-se que o monitoramento realizado pelo órgão central e que os controles sistêmicos disponibilizados aos gestores de pessoal dos demais órgãos não são suficientes para suportar o acompanhamento de dívidas ao erário até a sua quitação integral.

Ainda sobre a questão normativa, no que se refere à prescrição dos valores devidos ao erário, os órgãos da APF seguem, além da norma geral, normativos suplementares que divergem quanto ao início do prazo prescricional.

Diante dos resultados encontrados, foi recomendado à SGPRT: (i) a disponibilização de opção de geração de relatório gerencial com listagem de casos de ressarcimento ao erário; (ii) a implementação de controles sistêmicos para aprimoramento da gestão de ressarcimentos ao erário; (3) a revisão dos normativos relacionados ao assunto ressarcimento ao erário; (iv) o estabelecimento de rotina de identificação periódica de indícios de possíveis irregularidades na alteração/interrupção dos lançamentos de rubricas de ressarcimento ao erário e encaminhamento aos órgãos do Sipec.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGU	Advocacia-Geral da União
CGU	Controladoria-Geral da União
Decipex	Departamento de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos
ON	Orientação Normativa
Segep	Secretaria de Gestão Pública do extinto Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SGPRT	Secretaria de Gestão de Pessoas e de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Siape	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
Siapenet	Plataforma web do Siape para acesso dos servidores
Siasg	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
Sipex	Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal
SISGRU	Sistema de Gestão do Recolhimento da União
DW	Data Warehouse (ou armazém de dados) é um sistema de computação utilizado para armazenar informação relativa às atividades de uma organização em banco de dados
STN	Secretaria do Tesouro Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
RESULTADOS DOS EXAMES	10
1. Indícios de inconformidades nos ressarcimentos ao erário devido a interrupções do desconto em folha ou a informações insuficientes acerca dos depósitos na conta da União	10
2. Oportunidades de melhorias na normatização e orientação referentes às regras de ressarcimento ao erário	14
3. Fragilidades nos controles relativos aos processos de ressarcimento ao erário executados pelos órgãos integrantes do Sipec	17
4. Necessidade de alinhamento de entendimentos e providências quanto ao instituto da prescrição	20
RECOMENDAÇÕES	27
CONCLUSÃO	29
ANEXOS	30

INTRODUÇÃO

O ressarcimento ao erário é a restituição de valores pelos agentes públicos ativos e inativos, a título de reposição ou indenização. Esses valores podem ser originários de pagamentos, sem amparo legal, feitos pela própria Administração, na forma de benefícios remuneratórios, a exemplo de auxílios e adicionais. Mas também pode ser uma forma de indenizar o Estado por um ato ilícito.

Nesse contexto, vale ressaltar que cabe à Secretaria de Gestão de Pessoas e de Relações de Trabalho (SGPRT), no papel de Órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (Sipec), formular políticas e diretrizes para o aperfeiçoamento da gestão de pessoas no âmbito da administração pública federal, em diversos aspectos, bem como gerenciar o processamento da folha de pagamento nos sistemas estruturantes de gestão de pessoal, conforme previsto no Decreto nº 11.437, de 17.03.2023. Destaca-se ainda entre as competências da referida Secretaria o monitoramento da qualidade da folha de pagamento de pessoal.

É importante destacar a relevante materialidade relacionada ao tema em enfoque. De acordo com pesquisas realizadas no ambiente de dados do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (DW Siape), no período de 2017 a 2022, foi descontado um valor total de cerca de R\$ 365 milhões das duas principais rubricas relacionadas a ressarcimento ao erário: 145 e 804.

Ressalta-se ainda que levantamento análogo já foi realizado por esta CGU no ano de 2017, no contexto do trabalho de auditoria contínua conduzido à época, cujo objetivo era executar trilhas de auditoria periodicamente para identificar situações de inconsistências cadastrais, ou de pagamentos, no Siape, em relação ao ordenamento legal. Os resultados das trilhas eram enviados aos órgãos para que apurassem os fatos e justificassem as possíveis irregularidades. Para esse levantamento específico, a materialidade das ocorrências revelou-se bastante significativa, o que reforçou a importância de realização do trabalho ora relatado.

Neste contexto, com o objetivo de revisitar o tema e, de maneira adicional, avaliar a efetividade dos controles atuais da SGPRT, bem como dos órgãos integrantes do Sipec, em relação ao processo de ressarcimento ao erário por parte dos seus servidores ativos, aposentados e pensionistas, foram executados cruzamentos de dados para identificação no Siape de situações de interrupções de ressarcimento, tendo como base os exercícios de 2020 e 2021, alvos do presente trabalho.

A partir de análises preliminares, foram identificadas como pertinentes as seguintes questões de auditoria:

1. Os ressarcimentos ao erário estão sendo realizados de forma integral?
2. Os normativos existentes são suficientes para garantir o ressarcimento integral ao erário?
3. Os controles são suficientes para garantir o ressarcimento integral dos valores devidos ao erário?

4. As interrupções por prescrição estão sendo realizadas utilizando-se critérios consistentes e robustos?

É necessário salientar que os trabalhos foram executados em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal e que nenhuma restrição ou limitação foi imposta aos exames pela Unidade examinada.

Nos próximos capítulos, são apresentados os detalhes sobre a execução do presente trabalho. Inicialmente, são apresentadas informações relevantes para o conhecimento do tema objeto desta auditoria. Em seguida, são apresentados os resultados dos exames, com o detalhamento das análises efetuadas e os achados de auditoria. Logo após, são apresentadas as recomendações propostas pela equipe deste trabalho, discutidas com a SGPRT em reunião de busca conjunta de soluções, que visam resolver ou mitigar os problemas relacionados aos apontamentos realizados. Por fim, é apresentada a conclusão do trabalho, da qual se destaca uma síntese dos resultados obtidos e os principais benefícios esperados.

Considerações iniciais

O ressarcimento ao erário realizado por servidores ativos, aposentados e beneficiários de pensão civil está previsto no art. 46 da Lei nº 8.112¹, de 11.12.1990, a seguir transcrito:

Art. 46. As reposições e indenizações ao erário, atualizadas até 30 de junho de 1994, serão previamente comunicadas ao servidor ativo, aposentado ou ao pensionista, para pagamento, no prazo máximo de trinta dias, podendo ser parceladas, a pedido do interessado.

§ 1º O valor de cada parcela não poderá ser inferior ao correspondente a dez por cento da remuneração, provento ou pensão.

§ 2º Quando o pagamento indevido houver ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha, a reposição será feita imediatamente, em uma única parcela.

§ 3º Na hipótese de valores recebidos em decorrência de cumprimento a decisão liminar, a tutela antecipada ou a sentença que venha a ser revogada ou rescindida, serão eles atualizados até a data da reposição.

O supramencionado artigo foi normatizado por meio da Orientação Normativa nº 5, de 21.02.2013 (ON nº 05/2013), da então Secretaria de Gestão Pública do extinto Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Segep/MP), que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados, pelos órgãos e entidades do Sipec, para a reposição ao erário de valores recebidos indevidamente por servidores ativos, aposentados e beneficiários de pensão civil.

De acordo com a ON nº 05/2013, o processo de cobrança, em regra, segue o seguinte fluxo:

- O servidor, aposentado, beneficiário de pensão civil, ou outro devedor que for notificado acerca da necessidade de ressarcimento de valores devidos ao erário terá o prazo de quinze dias consecutivos, contados de sua ciência, para apresentar manifestação escrita acerca de sua concordância com a quitação da correspondente dívida.
- Transcorrido o prazo de quinze dias, com ou sem a manifestação do interessado, lhe será dada ciência, que terá o prazo de dez dias para recorrer da decisão.
- Não havendo interposição de recurso ou exauridas as instâncias recursais, o interessado será notificado para efetuar a reposição do valor apurado no prazo máximo de trinta dias, mediante Guia de Recolhimento à União (GRU).
- Caso o interessado deseje parcelar o valor do débito em folha, deve formalizar o pedido, no prazo de vencimento da GRU, ciente de que o valor de cada parcela não poderá ser inferior ao correspondente a 10% (dez por cento) da remuneração, provento ou pensão, na sua ficha financeira no Siape.

Adicionalmente, vale ressaltar que o Manual de Procedimentos da Folha de Pagamento, de julho de 2018, apresenta um capítulo específico de reposição ao erário, com base nos casos de ressarcimento previsto no art. 46 da Lei nº 8.112/1990 e da ON nº 05/2013, que visa

¹ Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

orientar os usuários do Siape em exercício nas Unidades de gestão de pessoas quanto aos procedimentos operacionais.

Nesse contexto, para certificação do devido ressarcimento de ativos, aposentados e pensionistas, por dívidas com o erário, foram executados cruzamentos de dados para identificação no Siape de situações de interrupções de ressarcimento ao erário que indicam a necessidade de esclarecimento da não quitação do total da dívida, tendo como base os exercícios de 2020 e 2021.

Dessa forma, foram verificadas neste trabalho a suficiência de evidências apresentadas pelos órgãos que responderam à Solicitação de Auditoria, quanto à existência de mecanismos organizacionais aptos a prevenir a interrupção indevida dos processos de quitação das dívidas com o erário.

Cabe citar que a tempestividade do início da cobrança não foi tema do presente trabalho. Quanto aos dados disponíveis no Siape, vale ressaltar, ainda, que não é possível o controle da data de início do desconto em relação à data de referência do fato gerador da dívida a ser quitada.

O trabalho teve como foco principal a atuação da SGPRT no processo avaliado, e em seu âmbito, algumas das atividades exercidas por suas unidades ganham relevância em face do objeto auditado, cabendo destacar: o aperfeiçoamento dos controles normativos de pagamentos, na conferência e liberação para homologação da folha, na implementação de regras de pagamento, na automatização de algumas rotinas do Siape, com o objetivo de diminuir as fragilidades, no aperfeiçoamento dos controles normativos de pagamentos, e na revisão de atos relativos a regras de folha. Outra atividade que cabe ser destacada é o monitoramento da qualidade dos lançamentos manuais da folha, no período que antecede seu processamento definitivo, acompanhando a regularização de pagamentos incorretos e indevidos.

RESULTADOS DOS EXAMES

1. Indícios de inconformidades nos ressarcimentos ao erário devido a interrupções do desconto em folha ou a informações insuficientes acerca dos depósitos na conta da União

Com o objetivo de verificar se os ressarcimentos ao erário estão sendo realizados até a quitação total da respectiva dívida, ou se ocorrem interrupções indevidas e sem que o erário seja totalmente ressarcido, foram realizados procedimentos de extrações e cruzamentos, a partir da base de dados do Siape, constante em ambiente de dados da CGU.

Conforme já citado no item “Considerações Iniciais” deste relatório, o ressarcimento ao erário realizado por servidores ativos, aposentados e beneficiários de pensão civil está previsto no art. 46 da Lei nº 8.112, de 11.12.1990.

Diferentemente de rubricas como a de vencimento básico, cujo pagamento ocorre por prazo indefinido na ficha financeira do servidor, o ressarcimento ao erário deve ser interrompido com a quitação integral da dívida.

O ressarcimento ao erário, por desconto em folha de pagamento, no Siape, é realizado em duas rubricas específicas: 145 e 804. Cabe destacar que o Siape já dispõe de mecanismos de automatização de pagamento de rubricas de rendimento, e de desconto de rubricas de ressarcimento. Não obstante, a automatização das rubricas de desconto depende do lançamento correto de alguns parâmetros, tais como: o valor total da dívida a ser descontada, o assunto de cálculo, a sequência e o prazo.

Ressalta-se que o Manual da Folha de Pagamento² tem o objetivo de orientar os usuários do Siape quanto aos procedimentos operacionais a serem adotados nos assuntos relativos à folha de pagamento. Segundo esse manual, o assunto de cálculo foi desenvolvido com o objetivo de otimizar e racionalizar o cálculo de parcelas não geradas automaticamente pelo sistema.

Os cruzamentos de dados realizados contemplaram os exercícios de 2020 e 2021, e possibilitaram a identificação de interrupções de parcelas de ressarcimento ao erário, através da verificação do saldo devedor e da quantidade de parcelas pagas.

Muito importante esclarecer que, além das ocorrências de interrupção, pura e simples, de descontos nas rubricas 145 e 804, também foi possível identificar casos com indícios de diminuição do valor total a ser devidamente ressarcido, uma vez que houve mudanças nos valores das parcelas ao longo da devolução dos valores ao erário, na respectiva ficha financeira.

A extração redundou num total de 858 ocorrências – 381 pensionistas e 477 servidores ativos e aposentados – equivalentes a um total ainda a ser descontado, se confirmada a

² <https://www.gov.br/servidor/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-de-pessoas/manual-de-procedimentos/manual-de-folha-de-pagamento>

interrupção dos respectivos ressarcimentos e/ou as referidas mudanças de valores, da ordem de R\$ 43,9 milhões, em 92 órgãos distintos.

Dessa forma, com o objetivo de verificar tais casos em que se apresenta a situação de interrupção ou mudança de valores, uma amostra foi analisada, contemplando-se 248 pensionistas e 220 servidores (ativos e aposentados), o que compreende o valor total que deixou de ser descontado de R\$ 36 milhões, se confirmados. Esses 468 casos analisados envolvem 22 diferentes órgãos, e representam 54% do total de ocorrências resultantes dos cruzamentos de dados, e equivalem a 82% do valor total a ser descontado identificado pelos referidos cruzamentos.

De acordo com as respostas dos órgãos apresentadas nas solicitações encaminhadas no decurso do trabalho, foram identificadas as principais motivações para interrupção do ressarcimento, transcritas a seguir:

- a) O devedor falece durante o pagamento da dívida, ou seja, o ressarcimento ao erário estava sendo cobrado do servidor ativo ou aposentado, que tinha um desconto implantado na sua ficha financeira e tal servidor não institui pensão, ou o pensionista instituído não dá continuidade ao ressarcimento que vinha sendo realizado pelo instituidor, ou o espólio não é acionado e/ou localizado pelo órgão.
- b) O devedor, seja servidor, pensionista ou espólio, aciona a justiça para a cessação do respectivo desconto e obtém uma decisão judicial favorável ao não pagamento da dívida, que termina por não ser integralmente paga.
- c) O devedor perdeu o vínculo com a administração pública sem quitar uma dívida.
- d) A unidade de pagamento não faz a parametrização correta das rubricas 145 e 804 e o ressarcimento é interrompido pelo Siape antes da quitação integral.
- e) Por fim, houve alegações que a dívida de ressarcimento deixou de ser reimplantada quando da migração do dossiê funcional de servidores e dos pensionistas para a alçada do Departamento de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos (Decipex), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

O quadro abaixo apresenta um resumo dos motivos de interrupção do ressarcimento ao erário apresentados pelos órgãos.

Quadro 1 – Principais motivos das interrupções de ressarcimento ao erário apresentados pelos órgãos.

Motivos da interrupção do ressarcimento ao erário	Pensionistas		Servidores Ativos e Aposentados		Nº total de ocorrências	Valor total a descontar (R\$)
	Nº de ocorrências	Valor a Descontar (R\$)	Nº de ocorrências	Valor a Descontar (R\$)		
Não responderam	141	10.626.011,43	92	1.195.367,47	233	11.821.378,90
Houve ressarcimento integral	70	6.142.372,26	15	940.847,95	85	7.083.220,21
Falecimento	Não se aplica	Não se aplica	49	1.998.168,27	49	1.998.168,27
Decisão judicial	12	764.629,28	33	5.533.098,72	45	6.297.728,00

Motivos da interrupção do ressarcimento ao erário	Pensionistas		Servidores Ativos e Aposentados		Nº total de ocorrências	Valor total a descontar (R\$)
	Nº de ocorrências	Valor a Descontar (R\$)	Nº de ocorrências	Valor a Descontar (R\$)		
Falha Operacional	25	6.805.205,50	4	148.026,29	29	6.953.231,79
Centralização Decipex	Não se aplica	Não se aplica	24	2.003.097,93	24	2.003.097,93
Exoneração	Não se aplica	Não se aplica	3	87.642,67	3	87.642,67
Total Geral	248	24.338.218,47	220	11.906.249,30	468	36.244.467,77

Fonte: Elaborado pela equipe de auditoria, conforme resposta das solicitações de auditoria enviadas a 22 órgãos integrantes do Sipec;

Do quadro acima, verifica-se que os órgãos não informaram se houve ou não interrupção do ressarcimento ao erário em 233 ocorrências, o que corresponde a cerca de R\$ 12 milhões. Outras 85 ocorrências referem-se a dívidas já quitadas, havendo o ressarcimento integral dos valores ao erário, que corresponde a cerca de R\$ 7 milhões. Por fim, os órgãos confirmaram a interrupção do ressarcimento ao erário em 150 ocorrências, por motivos de falecimento do devedor, decisão judicial, falha operacional, centralização no Decipex e exoneração, cujo valor total corresponde a cerca de R\$ 17 milhões.

Cabe destacar que em 29 ocorrências dos 468 casos da amostra, as unidades confirmaram que houve parametrização errônea das rubricas de ressarcimento ao erário, 145 e 804, equivalente a um total ainda a ser devolvido de R\$ 6,9 milhões. O erro foi originário da utilização na parametrização de um assunto de cálculo e/ou da inserção de prazo equivocados.

De forma complementar, e de modo a se avaliar os controles automatizados do Siape para o cálculo das parcelas de ressarcimento, foi realizada uma extração de dados a partir da ferramenta DW Siape, em novembro de 2022, que apresentou um total de R\$ 55 milhões lançados em rubricas de ressarcimento ao erário, dos quais cerca de R\$ 50 milhões estão, a princípio, automatizados corretamente. Porém, mais de R\$ 3 milhões estão operacionalizados sem assunto de cálculo (manualmente lançados) em rubricas de ressarcimento ao erário, distribuídos por 116 diferentes órgãos, de todos os tipos de beneficiários, com prazo máximo observado de até 659 meses de desconto no valor de R\$ 54,40. Isso equivale a pouco mais de R\$ 35.000,00 em mais de 54 anos, o que evidencia que o Siape é permissivo com o lançamento de prazos de ressarcimento ao erário não aderentes aos normativos vigentes.

Importante destacar que nos 383 casos em que foi observada a não a quitação integral da dívida, o que corresponde ao total de 468 casos da amostra examinada menos 85 ocorrências já quitadas, mesmo aqueles judiciais, pois tais decisões podem ser reformadas pelo poder judiciário, as respectivas ocorrências serão enviadas aos órgãos integrantes do Sipec envolvidos. Tal procedimento será realizado por meio do módulo de auditoria contínua do sistema de auditoria da CGU, para que apurem os fatos, confirmando as interrupções e tomando as providências cabíveis, quando for o caso.

Adicionalmente, os demais 390 casos identificados nos cruzamentos de dados, que não fizeram parte da amostra, também serão enviados aos órgãos para apuração dos fatos. Assim, serão geradas um total de 773 ocorrências de possíveis casos de interrupção de

ressarcimento ao erário no módulo de auditoria contínua, o que corresponde a cerca de R\$ 36,8 milhões do valor total de R\$ 43,9 milhões identificados no cruzamento de dados.

Outra questão abordada na presente análise foi o processo de devolução ao erário por meio de GRU. O devedor tem a opção de recolher o valor devido por meio de depósito direto na conta única da União, consoante a norma que rege o ressarcimento ao erário. Ressalta-se que o Sistema de Gestão do Recolhimento da União (SISGRU) é o sistema próprio de todo o governo federal, que controla todos os recolhimentos que são feitos na citada conta, inclusive aqueles derivados de devolução por dívidas ao erário.

Acerca da restituição de dívidas ao erário por meio de GRU, dezoito órgãos informaram o recolhimento de cerca de R\$ 6 milhões em relação a 1.605 devoluções ocorridas nos anos de 2020 e 2021. Desses, apenas três apresentaram a extração completa dos dados disponíveis no SISGRU, inclusive com a coluna de autenticação bancária que efetivamente demonstra o pagamento do valor constante do respectivo boleto. Sendo assim, os controles apresentados por quinze órgãos eram incompletos e insuficientes para a devida demonstração da quitação das correspondentes dívidas com o erário, pois as unidades não apresentaram a extração completa do SISGRU com o efetivo pagamento.

Ainda sobre o assunto em questão, a SGPRT informou que, de acordo com extração do Tesouro Gerencial, a partir de informações sobre a receita arrecadada, foram identificados depósitos diretos na conta única da União no valor de cerca de R\$ 71 milhões a título de ressarcimento ao erário. Esses depósitos foram realizados por pessoas físicas, por meio dos códigos de recolhimento "68801: DEVOL. CRED FOLHA PAGTOS " e "18818: STN OUTRAS RESTITUICOES (DEDUCOES FOLHA)", durante o período compreendido entre 01.01.2020 e 31.12.2021.

Não obstante as informações apresentadas, resta claro que o controle de ressarcimento ao erário por meio de GRU pelo órgão central do SIPEC apresenta fragilidades, sobretudo devido à ausência de um módulo específico para controle dos ressarcimentos no SISGRU, considerando-se inclusive o grande número de lançamentos nessa modalidade.

Em relação aos pensionistas, levando-se em consideração os principais motivos que ensejam a interrupção do ressarcimento ao erário, os exames demonstraram que há dificuldades na localização de herdeiros constantes no respectivo espólio, e no controle do ressarcimento que ocorre, obrigatoriamente, por meio de GRU, em relação aos devedores sem vínculo com a administração pública. Também foi possível verificar que as unidades da amostra apresentaram dificuldades para realizar extrações completas em planilha eletrônica, no SISGRU, prejudicando o controle das informações sobre o andamento das dívidas que estão sendo quitadas por esse meio de pagamento.

Diante do exposto, destaca-se que entre as possíveis causas para a não quitação integral dos ressarcimentos ao erário estão a fragilidade de controle dos pagamentos que são interrompidos, a orientação insuficiente quanto à utilização das rubricas de ressarcimento perante os órgãos integrantes do Sipec, bem como a deficiência de controle pelos ressarcimentos por meio de GRU.

Como resultado, observa-se que o não ressarcimento de valores recebidos indevidamente e a não indenização de prejuízos provocados ao erário ensejam a ocorrência de não conformidades em pagamentos de pessoal, podendo inclusive provocar a consolidação de direitos inexistentes, com claros danos ao erário e prejuízo à administração pública.

2. Oportunidades de melhorias na normatização e orientação referentes às regras de ressarcimento ao erário

Para verificar se os normativos vigentes orientam de forma adequada os órgãos/entidades sobre os procedimentos de ressarcimento de valores ao erário, foi solicitado à SGPRT e a 22 Unidades do Sipec selecionadas na amostra, conforme detalhado no achado anterior, informar os normativos e orientações utilizados como critérios para instauração, operacionalização e acompanhamento do ressarcimento ao erário de servidores, inclusive quando são cedidos, desligados ou afastados. Foi avaliado, ainda, se tais orientações e alertas possibilitam a correção ou eliminação em folhas de pagamento dos lançamentos de rubricas de ressarcimento ao erário de forma tempestiva, conforme os casos concretos considerados.

Neste contexto, foram consolidadas as respostas da SGPRT e das Unidades do Sipec, procedimento que evidenciou a utilização da legislação principal que rege a matéria, qual seja, o art. 46 da Lei nº 8.112/90 em conjunto com a ON/SGP/MP nº 05/2013. Entretanto, é importante ressaltar a existência de uma vasta documentação complementar, que é crucial para a compreensão do procedimento e sua correta aplicação na prática. Trata-se de documentos que fornecem informações adicionais e exemplos concretos os quais não estão presentes na legislação principal do procedimento de ressarcimento ao erário.

Tal documentação complementar inclui orientações, notas técnicas, notas informativas, ofícios-circulares, comunicas Siape, acórdãos, pareceres e outros normativos emitidos pelos órgãos reguladores, que oferecem esclarecimentos adicionais, exemplos práticos e outros detalhes importantes para aplicação do procedimento. Além disso, vale dizer que esses documentos complementares muitas vezes refletem a evolução da interpretação e da aplicação da legislação ao longo do tempo, levando em conta a jurisprudência, a experiência prática e outras questões relevantes.

Portanto, é imprescindível considerar não apenas a legislação principal, mas também a documentação complementar, para garantir que todas as informações e orientações necessárias sejam consideradas na aplicação do referido procedimento.

Considerando o expressivo quantitativo de normativos que regem a matéria, bem como a dificuldade enfrentada para o resgate de tais informações a partir da opção “pesquisa avançada” da ferramenta Sigepe Legis, solicitou-se à SGPRT a apresentação de lista taxativa contendo todos os normativos vigentes para a operacionalização e acompanhamento do ressarcimento ao erário de servidores, inclusive quando são cedidos, desligados ou afastados, bem como de pensionistas e aposentados. Como resposta, foi disponibilizada lista com apenas parte dos atos normativos expedidos sobre o referido procedimento.

O quadro a seguir apresenta a consolidação do quantitativo de atos normativos, informados pela SGPRT e pelos órgãos do Sipec, utilizados na operacionalização do procedimento de ressarcimento ao erário.

Quadro 2 – Consolidação de atos normativos

FONTE	QUANTITATIVO	SITUAÇÃO DE EFICÁCIA
-------	--------------	----------------------

Informado somente pela SGPRT	60	100% - Em vigor – Eficaz
Informado pela SGPRT e pelos órgãos do Sipec	32	100% - Em vigor – Eficaz
Informado somente pelos órgãos do Sipec	18	17% - Em vigor – Eficaz
		44% - Exaurido
		39% - Sem informação
TOTAL	110	

Fonte: Elaborado pela equipe de auditoria, conforme resposta das Solicitações de Auditoria enviadas a 22 órgãos integrantes do Sipec.

Do exposto, se verifica que 17% dos atos informados pelas unidades do Sipec estão em vigor e não constam da lista informada pela SGPRT, evidenciando, assim, fragilidade na gestão da referida unidade sobre os atos emitidos.

Outra situação que corrobora essa constatação é em relação à Nota Informativa nº 407/2013/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, de 20.09.2013, citada em resposta à solicitação de auditoria enviada à SGPRT. A referida nota foi citada pela Secretaria em resposta ao questionamento sobre prazo prescricional. Entretanto, não foi listada no rol de normativos vigentes para a operacionalização e acompanhamento do ressarcimento ao erário e também não foi encontrada em pesquisa avançada do Sigepe Legis. É importante ressaltar que a referida Nota Informativa foi citada também pelas unidades do Sipec.

Verifica-se, ainda, que 55% do total de normativos utilizados não foram sequer citados pelas unidades do Sipec, o que pode indicar a falta de divulgação/comunicação por parte da SGP.

No tocante à legislação principal, não houve relato, pelas unidades gestoras, de dificuldade na implementação do procedimento estabelecido pela SGPRT para reposição ao erário.

Já em relação aos normativos complementares, constatou-se:

- a utilização de uma vasta base normativa pelas unidades do Sipec, inclusive com a utilização de normativos já exauridos usados como referência para reposição ao erário, conforme se verifica no quadro acima;
- a ausência de instrumento que consolide, de maneira eficaz, a base normativa que disciplina o procedimento de ressarcimento ao erário, considerando a ausência de alguns normativos no repositório atual; e
- a ausência de uniformização na aplicação de procedimentos para casos semelhantes, como por exemplo a utilização das rubricas 145 e 804, objeto de apontamento deste relatório.

A base normativa complementar apresentada e as informações extraídas dos relatos das unidades gestoras demonstram que os normativos complementares são suficientes para garantir a aplicação dos procedimentos de reposição ao erário. Entretanto, a fragilidade observada do acompanhamento e do controle do órgão central do Sipec sobre os atos/entendimentos emitidos evidencia a necessidade de realização de levantamento, atualização e sistematização acerca do referido processo, a fim de garantir a uniformidade na aplicação das regras estabelecidas, bem como o pleno ressarcimento dos valores devidos ao erário.

Nessa esteira, cabe registrar que a SGPRT informou que os normativos expedidos se encontram em processo de revisão. A iniciativa atende ao comando do Decreto nº 10.139, de 28.11.2019, que determinou a revisão e a consolidação de atos normativos inferiores a decreto. No entanto, não foram apresentados maiores detalhes sobre a referida revisão.

Acerca da frequência e tempestividade da comunicação da SGPRT com os órgãos do Sipec para possíveis correções relativas à alteração ou interrupção de lançamentos de rubricas de reposição ao erário, a Secretaria informou que os órgãos são notificados pontualmente quando é identificado algum problema com os valores lançados em tais rubricas. Portanto, não há avaliação periódica ou comunicação sistemática com as unidades gestoras.

Nesse quesito, vale ressaltar que, das unidades que avaliaram a comunicação com a SGPRT, 54% consideraram a comunicação satisfatória e 46% consideraram que a comunicação precisa de melhorias, sendo as principais dificuldades relatadas as elencadas a seguir:

- as orientações realizadas pela SGPRT poderiam ser mais claras e objetivas, considerando que, em algumas situações, se faz necessário realizar a abertura de solicitações via [Central Sipec](#);
- o repositório de atos normativos e legislação de pessoal do Governo Federal é o sítio do [Sigepe Legis](#), no qual, em que pese o mecanismo de busca ter sido aprimorado recentemente, a ferramenta "Pesquisa avançada" ainda carece de melhorias.
- apesar do Sigepe disponibilizar o Manual de Procedimentos - Folha de Pagamento, no qual constam os procedimentos para a reposição ao erário, não disponibiliza informações e alertas que possibilitem a atuação das unidades gestoras na correção/eliminação de alteração/interrupção dos lançamentos de rubricas de ressarcimento ao erário.
- a SGPRT não comunica as unidades gestoras sobre situações específicas em que houve interrupção da reposição ao erário.

A partir dessas considerações das unidades gestoras, foram realizadas verificações e pesquisas nos normativos e canais de comunicação apontados, cujas conclusões estão elencadas a seguir.

A ferramenta [Sigepe Legis](#) é definida como repositório de legislação de gestão de pessoas do órgão central do Sipec que possibilita a elaboração, o processamento, a disseminação e o armazenamento de atos normativos, visando transparência e a preservação das informações de forma padronizada e unificada. Dentre os benefícios apontados em sua utilização está o alinhamento das unidades de gestão de pessoas, ou seja, mesmo entendimento do órgão central na aplicação da norma no caso concreto e, ainda, ambiente público e unificado de pesquisa.

Em consulta à referida ferramenta, foram enfrentadas dificuldades na localização de alguns documentos, como por exemplo Comunica Siape nº 562421, de 27.07.2020, Comunica Siape nº 562445, de 10.08.2020, Nota Informativa nº 407/2013/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, Nota Técnica SEI nº 26596/2022/ME, bem como outros pareceres da AGU e PGFN, para os quais não foi encontrado nenhum ato correspondente à pesquisa realizada. Embora estes últimos não sejam produzidos pelo órgão central do Sipec, constam da base normativa utilizada pelas unidades gestoras.

Os comunicas mencionados só foram localizados em consulta ao módulo Órgão do Portal Siapenet, não obstante o campo “espécie” da “pesquisa avançada” do Sigepe Legis disponibilize a opção de pesquisa “Comunica”.

Acerca da pesquisa avançada, cabe registrar que as orientações/regulamentações sobre reposição ao erário estão disponibilizadas de forma desordenada e por vezes não localizável, sendo que os filtros da ferramenta de pesquisa avançada não são suficientes para garantir a listagem de todos os atos que tratem de determinado assunto dentro do tema geral de reposição ao erário, conforme demonstrado no exemplo retromencionado.

Assim, resta evidenciado que a pesquisa avançada do Sigepe Legis atualmente não possibilita o acesso integral e de maneira simplificada à base normativa do processo de ressarcimento ao erário, havendo a oportunidade de implementação de melhorias.

Não obstante, cabe registrar, ainda, relatos de que a comunicação do Órgão Central do Sipec com os respectivos órgãos setoriais tem sido aprimorada, inclusive por meio de canais que permitem a troca de informações instantâneas entre os atores, a exemplo do grupo de WhatsApp "ConectaGente GP", criado pelo núcleo [ConectaGente](#) da SGPRT, para fortalecer a relação da Rede de Gestão de Pessoas do Poder Executivo Federal.

A partir de tais observações, é irrefutável reconhecer que a SGPRT tem buscado melhorar seus canais de comunicação com as unidades setoriais. Entretanto, apesar da disponibilidade de diversas ferramentas, a comunicação da referida Secretaria com os órgãos integrantes do Sipec se dá em momentos esporádicos e pontuais. Portanto, os relatos das unidades gestoras demonstram a necessidade de promover melhorias na utilização desses canais, como por exemplo estabelecer rotina de comunicação periódica com as unidades jurisdicionadas, a fim de disponibilizar indícios de possíveis irregularidades na alteração/interrupção dos lançamentos de rubricas de ressarcimento ao erário.

Em relação aos apontamentos referentes aos normativos e orientações de ressarcimento ao erário, identifica-se como possíveis causas a fragilidade dos controles da SGPRT sobre os atos emitidos, a deficiência na comunicação e divulgação desses normativos às unidades do Sipec, bem como fragilidade no atual repositório de legislação de pessoas. Tal situação pode resultar na ausência de uniformidade na aplicação dos normativos que regem o referido procedimento, com possíveis danos ao erário.

Assim, mostra-se bastante clara a oportunidade de aprimoramento da normatização e da orientação relacionadas às regras de ressarcimento ao erário, bem como do processo de comunicação e disponibilização desses normativos às unidades do Sipec, a fim de garantir a aplicação uniforme dos normativos e a proteção dos recursos públicos.

3. Fragilidades nos controles relativos aos processos de ressarcimento ao erário executados pelos órgãos integrantes do Sipec

Com o objetivo de verificar os controles empregados pelas unidades integrantes do Sipec relativos a ressarcimentos ao erário, foram avaliados 22 órgãos selecionados em amostra, conforme detalhamento comentado no achado 1 deste relatório. Tais órgãos receberam as

questões elaboradas pela CGU e encaminharam documentação atinente aos controles aplicados a tais ressarcimentos.

Todos os órgãos da amostra evidenciaram conhecer e cumprir a exigência de encaminhar ao órgão central do Sipec até o dia 15 de janeiro de cada ano a relação de ressarcimentos ao erário sob a responsabilidade de cada unidade, conforme previsto no art. 12³ da ON/SGP/MP nº 05/2013. Além disso, as respostas encaminhadas pelas unidades revelaram que todas cumprem o princípio do devido processo legal, pois evidenciaram seguir a principal diretriz de que qualquer ressarcimento, independentemente de sua natureza, indenização ou reposição, deve estar instruído em processo administrativo, onde vários documentos de instrução são apensados, demonstrando a efetivação do contraditório e ampla defesa em face daqueles valores tidos como devidos ao erário pelo respectivo devedor, em consonância com o art. 3º da ON/SGP/MP nº 05/2013.

Não obstante tenha sido observado o cumprimento da exigência do normativo que rege o ressarcimento ao erário, bem como do Princípio do Devido Processo Legal, pelo conjunto das unidades avaliadas, foram observadas fragilidades no acompanhamento das rubricas de ressarcimento, bem como oportunidades de melhorias, especialmente em nível sistêmico, conforme situações encontradas nas respostas dos órgãos. Tais situações são detalhadas a seguir.

I) Ausência de padrão nos lançamentos de ressarcimento pelas unidades do Sipec

Os procedimentos de lançamento de ressarcimento ao erário no Siape não são uniformes entre as diferentes unidades pagadoras, apesar das orientações emitidas pela SGPRT, tendo em vista que foram recebidas respostas indicando diversos procedimentos distintos quanto à operacionalização das rubricas que objetivam o ressarcimento ao erário.

Mais especificamente, as respostas recebidas evidenciaram a seguinte situação:

- há órgãos que utilizam as rubricas 00145 (REP.ERARIO L.8112/90-10486/02) e 00804 (INDENIZ.AO ERÁRIO LEI 8.112/90) para lançamento de ressarcimento ao erário, a depender da situação;
- há órgãos que utilizam apenas a rubrica 00145 (REP.ERARIO L.8112/90-10486/02), para todos os casos;
- alguns órgãos mencionaram ainda rubricas diferentes, tais como a rubrica 82954 (REP.ERARIO L.8112/90 CUSTEIO) e a rubrica 83212 (REP. ERARIO L8112-SEM INC.PSS.).

Cabe mencionar que a SGPRT não dispõe de indicadores de desempenho para avaliação do processo de regularização de pagamentos incorretos e correção de erros nas folhas de pagamento que contemplem rubricas de ressarcimento ao erário. Nesse sentido, é importante destacar que, não obstante a existência de procedimento automatizado de

³ Art. 12: Os órgãos e entidades que utilizam o Siape para o processamento da folha de pagamento deverão encaminhar à Auditoria de Recursos Humanos do órgão central do SIPEC, até o dia 15 de janeiro de cada ano, relatório que contenha a relação de processos instaurados para a reposição de valores ao Erário, bem como a demonstração dos valores efetivamente ressarcidos e dos valores cujo pagamento foi dispensado, com fundamento no § 4º do art. 3º, para fins de acompanhamento e controle.

lançamento de descontos aptos a ressarcir o erário, após extração de dados na ferramenta DW Siape, realizada em novembro de 2022, constatou-se que ainda existem cerca de 1.500 lançamentos sem a devida parametrização que possibilita tal automatização.

II) Oportunidades de melhorias sistêmicas no processo de ressarcimento ao erário

A presente análise permitiu verificar ainda que os cálculos relativos à dívida total ao erário, em cada caso concreto, só podem ser efetuados via o respectivo processo administrativo. Os sistemas de informação, tanto o Siape como os próprios existentes, ainda não dispõem de funcionalidade que permita a gestão da dívida atribuída a determinado servidor ou pensionista.

Desse modo, apenas por verificação sistêmica não é possível avaliar se o que está sendo ressarcido corresponde ao efetivamente devido, conforme os normativos vigentes à época de cada fato gerador da respectiva dívida.

É importante destacar que muitas vezes a interrupção ocorre sem que a unidade tenha ciência. Quando o gestor faz o lançamento no Siape em valores incorretos, o sistema possui funcionalidade automática que efetua a interrupção do desconto da dívida, mas essa informação não chega ao conhecimento do órgão. A interrupção do ressarcimento poderia ser alertada ao responsável da Unidade Pagadora, de modo análogo ao que ocorre quando o um chefe recebe pedido de homologação de férias solicitada por servidor de sua equipe, por exemplo.

Neste contexto, a existência de um módulo específico de acompanhamento dos ressarcimentos ao erário, com consultas e extrações gerenciais idealizadas para controle e acompanhamento de tais descontos, poderia facilitar e aumentar a eficiência e a efetividade de todas as devoluções ao erário até a sua quitação integral.

No que se refere ao monitoramento dos processos, conforme informação da SGPRT, verificou-se que as rubricas de desconto não fazem parte do escopo do setor que cuida da auditoria preventiva da folha de pagamentos no Siape. Segundo a referida Secretaria, as restituições ao erário são parametrizadas com assunto de cálculo que automatiza o desconto, e assim não há necessidade de fazerem parte do critério adotado para auditoria preventiva. Percebe-se, assim, que o foco da auditoria preventiva está nas rubricas com valor lançado manualmente no sistema pela unidade pagadora, a título de rendimento (valores a serem desembolsados pelo erário).

A atuação frágil por parte do órgão central do Sipec no monitoramento das rubricas de ressarcimento ao erário, conforme evidenciada na análise, além da comunicação esparsa com os órgãos do Sipec na disseminação de orientações normativas e práticas acerca dos lançamentos das rubricas nos sistemas, representam as causas mais relevantes do presente achado. Como resultado, tem-se a possibilidade de ressarcimentos em valores incorretos ou incompletos, inclusive com riscos de danos ao erário.

4. Necessidade de alinhamento de entendimentos e providências quanto ao instituto da prescrição

Por fim, buscou-se no presente trabalho verificar se as interrupções dos procedimentos de ressarcimento ao erário por prescrição estão sendo realizadas pelos órgãos integrantes do Sipec utilizando-se critérios uniformes.

De início, cabe aclarar que não foi tratada a dispensa da reposição ao erário⁴, cujo pronunciamento acerca da aplicação da Súmula AGU nº 34/2008 está na Nota Técnica nº 568/2010/COGES/DENOP/SRH/MP, com entendimento que se coaduna com o Parecer nº AGU/GQ 161/1998, ou seja, situações nas quais estão presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: a efetiva prestação de serviço; a boa fé no recebimento da vantagem ou vencimento; a errônea interpretação da lei; e a mudança de orientação jurídica.

À Administração Pública é conferido o poder de rever seus atos no âmbito administrativo, independentemente da atuação do Poder Judiciário. Aventa o STF sobre o princípio da autotutela:

Súmula 347 – STF: A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

Súmula 473 – STF: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Além disso, o Parecer DAJI/GAB/AGU/Nº 003/2009-TOG assim aborda:

18. No caso de erro material da Administração, em face do dever de autotutela, do princípio da legalidade *stricto sensu* e da vedação do enriquecimento sem causa, não pode o interessado se beneficiar de erro que não decorra de falha interpretativa, por natureza com maior grau de complexidade.

Sobre a limitação do princípio da autotutela, diz a Nota Técnica nº 296 /2013/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP:

4. De saída, sobre o assunto, deve-se observar que, no Direito Administrativo brasileiro, os institutos da prescrição e da decadência por vezes se confundem, uma vez que ambos regulam a perda do direito pelo decurso do tempo. Contudo, a finalidade de tais institutos nos parece única: a de garantir a paz social, a tranquilidade da ordem jurídica, a estabilidade das relações sociais, tudo isso em respeito ao princípio da segurança jurídica, estampado no art. 5º da Constituição Federal de 1988.

5. Sendo assim, nos processos administrativos levados a efeito pela Administração, no que se refere à limitação do princípio da autotutela da Administração Pública, a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, estabelece que:

⁴ Nota Técnica nº 1065/2010/COGES/DENOP/SRH/MP “(...)17. Esclarecemos que o atendimento aos quatro pré-requisitos a saber: a efetiva prestação de serviço, a boa-fé na percepção dos valores indevidos, interpretação errônea da legislação ou mudança de orientação jurídica, não constituem fatores condicionantes à aplicação da prescrição quinquenal, e foram previstos para efeitos de regulamento, tão somente para efeitos de isenção de ressarcimento ao erário”.

‘Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.’ (Destaque do autor).

6. Verifica-se da disposição acima, que a decadência/prescrição para que a administração anule seus atos ilegais, quando decorram efeitos favoráveis ao administrado, decai/prescreve em cinco anos, contados da data em que foram praticados.

Quanto aos atos que envolvem os servidores públicos, a Lei nº 8.112/90 estabelece no art. 143 que a “autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa”, dessa forma, tratando do aspecto disciplinar do processo. Deste modo, resta clara a obrigação de que o servidor público atue de imediato em sede de ciência de irregularidade.

É também importante destacar que não são todos os processos administrativos investigatórios que culminarão em sindicância acusatória ou processo administrativo disciplinar. O erro material em comento pode ocorrer por falta de observação operacional⁵ ou imperícia, ou seja, o agente no cumprimento de suas funções gera prejuízo de forma não intencional.

Nesse ponto, verifica-se a existência de duas situações distintas, a primeira é o ato administrativo irregular/ilegal, a segunda o pagamento indevido decorrente da primeira ação. Dessa forma, a Secretaria de Gestão Pública do extinto Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão estabeleceu procedimentos para a regularização de dados financeiros e cadastrais no Siape (ON/SGP/MP nº 04/2013) e para a reposição de valores ao erário recebidos indevidamente por servidores, aposentados e beneficiários de pensão civil (ON/SGP/MP nº 05/2013).

Em ambos os casos, o órgão central do Sipec assegurou o procedimento de análise prévia aos indícios de irregularidades⁶, exigida de forma indireta pela Lei nº 8.112/90⁷.

Dessa forma, as ON/SGP/MP nº 04/2013 e nº 05/2013 listam as informações necessárias para constar na notificação, dentre elas a memória de cálculo do valor devido.

Cumprе ressaltar que, embora os processos conduzidos pelas orientações normativas citadas possam ser, inicialmente, de apuração preliminar, o valor supostamente pago irregularmente deve constar da notificação, com o risco de, não o fazendo, a administração perder o prazo da cobrança mês a mês, por conta das exigências normativas.

⁵ Nota Técnica nº 1065/2010/COGES/DENOP/SRH/MP, de 16.12.2010.

⁶ Art. 2º da ON/SGP/MP nº 05/2013 e art. 4º da ON/SGP/MP nº 4/2013.

⁷ Manual de Processo Administrativo Disciplinar, CGU – Brasília, 2021.

A existência da prescrição das ações de ressarcimento ao erário também são temas discutidos no Supremo Tribunal Federal. Em 2019, o STF julgou o Tema de Repercussão Geral 897, fixando a tese de que “São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao Erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa” (RE 852475/SP). Por outro lado, nos Temas de Repercussão Geral 666 e 899, o STF decidiu pela prescrição da pretensão ao ressarcimento ao erário, quais sejam:

É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil. Tema 666 (RE 669.069/MG - 2016).

É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas. Tema 899 (RE 636886/AL - 2021).

Da leitura das teses acima, a prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa é que implicará a imprescritibilidade das ações de ressarcimento, dando interpretação à ressalva do § 5º, art. 37, da Constituição Federal:

“A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.”.

Portanto, a imprescritibilidade das ações de ressarcimento se dará somente no âmbito judicial, após trânsito em julgado. Situação que também não será pautada neste trabalho, por se tratar de âmbito administrativo.

Quanto ao prazo, o órgão central do Sipec orientou em 2010 pela aplicação do Decreto nº 20.910/1932, que regula a prescrição quinquenal, conforme NT nº 1065/2010/COGES/DENOP/SRH/MP:

5. Instada a pronunciar-se sobre eventual incidência de prazos prescricionais sobre o caso em tela, esta Coordenação-Geral de Elaboração e Sistematização das Normas manifestou-se mediante o Despacho datado de 05/04/2007, anexo às fls 194/198 dos autos. pela aplicação do Decreto nº 2.910, de 1932, que dispõe sobre a prescrição quinquenal.

De acordo com o art. 3º, § 5º da ON/SGP/MP nº 05, de 21.02.2013, na hipótese de dúvida a respeito da incidência da prescrição ou decadência, o dirigente de recursos humanos poderá enviar o processo administrativo à análise da assessoria jurídica do órgão.

Assim, quando instado a se manifestar, o órgão central do Sipec, pelo Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais, emitiu a Nota Técnica nº 296 /2013/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, elucidando de vez sobre a decadência e prescrição como institutos jurídicos:

2. O órgão central do SIPEC detém competência normativa e orientativa a respeito da legislação de pessoal da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Todavia, a aplicação dos institutos da prescrição e decadência possui natureza eminentemente jurídica e que por essa característica intrínseca, quase sempre exige análise jurídica do caso concreto.” (grifo nosso).

(...)

8. Neste contexto, pode-se verificar que a decadência/prescrição deverá ser analisada em cada caso concreto, em face da necessidade de se analisar as peculiaridades de cada situação, em especial a ocorrência do impeditivo destes institutos, nos termos do § 2º do art. 54 da Lei nº

9.784, de 1999. Ademais, trata-se de análise de cunho eminentemente jurídico, matéria de competência originária dos órgãos de assessoramento jurídico. (grifo nosso).

(...)

10. Posto isto, em face das peculiaridades de que se revestem os institutos da decadência e prescrição, os quais, para fixação, certamente dependem da análise jurídica do caso concreto, informe-se ao Tribunal Marítimo que tal análise, na hipótese de dúvida, compete às unidades de assessoramento jurídico dos órgãos e entidades. Todavia, se indiscutivelmente verificada pelo próprio órgão de recursos humanos a ocorrência de tais institutos, pode ele mesmo reconhecê-las no caso concreto.

Do exposto anteriormente, registre-se que há margem para que as unidades de recursos humanos verifiquem, dentro de suas competências, o reconhecimento de tais institutos.

Dessa forma, foram instados a se manifestarem os 22 órgãos integrantes do Sipec selecionados na amostra detalhada no achado 1 deste relatório, quanto aos critérios, procedimentos, normativos e orientações seguidos para declarar a prescrição dos valores devidos ao erário previstos no art. 46 da Lei n 8.112/90.

Em resposta, os órgãos informaram que seguem a ON/SGP/MP nº 05/2013, e outros normativos, conforme quadro apresentado a seguir.

Quadro – Outros Normativos utilizados pelos 22 órgãos integrantes do Sipec para prescrição dos valores devidos ao erário.

Normativo ^(a)	Assunto	Prazo prescricional	Percentual de órgãos ^(b)
Decreto nº 20.910/1932, de 06.01.1932	Regula a prescrição quinquenal para a Dívida Passiva dos entes federativos.	Art. 1º: Prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.	27,27%
Lei nº 9.784/99, de 29.01.1999	Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.	Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.	13,63%
Lei nº 8.112, de 18.04.1991	Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.	Art. 110. O direito de requerer prescreve: I - em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho; II - em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.	9%
Nota Informativa nº 192/2013/CGNOR/DENOP/SEGE/MP, de 09.05.2013	Reposição ao erário	“44. Esclareça-se, por oportuno, que seguindo o entendimento sedimentado pela Consultoria Geral da União, interrompido o prazo decadencial em 26/04/2007, a partir desta data, teria a Administração 5 (cinco) anos para concluir o procedimento objetivando a anulação da ilegalidade e consequente restituição ao erário, subsistindo, até 26/04/2012, seu direito de exercer o poder-dever de autotutela.”	9%

Normativo ^(a)	Assunto	Prazo prescricional	Percentual de órgãos^(b)
Nota Informativa nº 407/2013/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, de 20.09.2013	Ressarcimento ao Erário e prescrição quinquenal.	2. Para fins de reposição ao erário dos valores pagos a maior à título de proventos de aposentadoria, conclui-se pela não incidência da regra do § 5º do artigo 37 da Constituição Federal; pela existência de prazo decadencial de cinco anos para a administração rever o ato concessório da aposentadoria; <u>pela existência de prazo prescricional quinquenal para o ajuizamento, quando necessário, da ação de cobrança, a contar do ato administrativo que declarou o erro de cálculo.</u> (grifo nosso)	9%
Nota Informativa nº 231/2014/CGEXT/DENOP/SEGEP/MP, de 25.07.2014.	Reposição ao Erário	“o prazo para a Administração Pública proceder à reposição ao erário é de 5 (cinco) anos, devendo ser observados os marcos temporais iniciais e finais em cada caso concreto, pela autoridade administrativa competente.”	4,5%
Nota Informativa nº 782/2012/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, de 01.10.2012	Reposição ao Erário - Reajuste de aposentadorias e pensões da Lei nº 10.887, de 2004.	Não tratou do assunto.	4,5%

Fonte: Elaborado pela equipe de auditoria, conforme resposta das solicitações de auditoria enviadas a 22 órgãos integrantes do Sipeç;

- (a) Além dos normativos descritos no quadro, também foram citados o Parecer nº 67/2012/DECOR/CGU/AGU, não encontrado; o Manual de Créditos a Receber da Universidade Federal do Ceará; Parecer n. 00524/2021/CONJUR-MJSP/CGU/AGU; e o Parecer nº 00739/2019/JUR/PFUFMG/PGF/AGU.
- (b) Entre as respostas analisadas, alguns órgãos informaram que utilizam mais de um dos normativos apresentados no quadro acima. Por outro lado, alguns órgãos não informaram o uso de normativos relacionados à prescrição dos valores de ressarcimento ao erário.

Não obstante a menção a tantos normativos por parte dos órgãos abordados na presente auditoria, a SGPRT apresentou, entre os normativos que regem a prescrição do ressarcimento ao erário, apenas a ON/SGP/MP nº 05/2013, a Nota Informativa nº 407/2013/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, de 20.09.2013, e a Nota Técnica nº 1065/2010/COGES/DENOP/SRH/MP, de 16.12.2010.

Destaca-se que a Nota Técnica nº 1065/2010 não foi citada pelos 22 órgãos integrantes do Sipeç que foram abordados. Essa nota trata do ressarcimento ao erário - prescrição e decadência, e definiu: "para início do cômputo da prescrição quinquenal, a data do documento de notificação aos servidores do débito pendente."

Diante do quadro apresentado acima e dos normativos elencados pela SGPRT, verifica-se que a orientação sobre o assunto pelo órgão central do Sipeç não está sendo realizada de forma eficaz, uma vez que apenas 2 dos órgãos citaram o uso da Nota Informativa nº 407/2013/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, e nenhum órgão fez referência à Nota Técnica nº 1065/2010/COGES/DENOP/SRH/MP.

No que se refere à data do início do prazo prescricional, a SGPRT informou que orienta o uso da Nota Informativa nº 407/2013/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP. Essa nota considera que o prazo prescricional quinquenal tem início a contar do ato administrativo que declarou o erro de cálculo. Entretanto, observa-se que o referido prazo diverge daquele apresentado na Nota Técnica nº 1065/2010, também informada, pela referida Secretaria, como normativo a ser seguido pelos órgãos. A Nota Técnica nº 1065 considera para início do cômputo da prescrição quinquenal, a data do documento de notificação aos servidores do débito pendente. Além disso, ressalta-se que a Nota Informativa nº 407/2013/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP não foi encontrada em consulta ao Sigepe Legis, conforme abordado no Achado 2 deste Relatório.

Verifica-se, ainda, que os órgãos seguem também outros normativos que apresentam prazo de início da contagem da prescrição divergentes dos informados pela SGPRT, como a Nota Informativa nº 231 /2014/CGEXT/DENOP/SEGEP/MP. Segundo esse normativo, “o prazo para a Administração Pública proceder à reposição ao erário é de 5 (cinco) anos, devendo ser observados os marcos temporais iniciais e finais em cada caso concreto, pela autoridade administrativa competente.”

Assim, resta claro que não há uniformidade quanto à data de início da contagem do prazo prescricional informado pelos dois normativos da SGPRT (Nota Informativa nº 407 e a Nota Técnica nº 1065), assim como entre os demais normativos que os órgãos utilizam para o início do prazo prescricional.

Por fim, no que se refere ao controle dos casos de prescrição pelo órgão central do Sipepec, o art. 12 da ON/SGP/MP nº 05/2013 estabelece:

Os órgãos e entidades que utilizam o Siape para processamento da folha de pagamento deverão encaminhar à Auditora de Recursos Humanos do órgão Central do Sipepec, até o dia 15 de janeiro de cada ano, relatório que contenha a relação de processos instaurados para a reposição de valores ao Erário, bem como a demonstração dos valores efetivamente ressarcidos e dos valores cujo pagamento foi dispensado, com fundamento no § 4º do art. 3º, para fins de acompanhamento e controle. (grifo nosso).

Apesar da obrigatoriedade de os órgãos entregarem à SGPRT, todo ano, os valores cujo pagamento foi dispensado, não existe um controle da prescrição declarada pelos órgãos, tampouco algum tipo de verificação para confirmar a correta aplicação do instituto da prescrição. Conforme informado pela SGPRT, não há meios automatizados para controlar a aplicação das orientações acerca da prescrição dos valores devidos ao erário.

Entre as possíveis causas para a não uniformização dos normativos relacionados à prescrição, identificam-se: falta de uniformidade na orientação dos normativos a serem seguidos pelos órgãos da APF, carência de capacitação do pessoal envolvido no processo, bem como inexistência de funcionalidade/controles no sistema Siape para deixar uniforme o início do prazo prescricional. Essa ausência de uniformização dos normativos utilizados na prescrição pode levar a interrupção indevida de ressarcimento ao erário ou a cobrança indevida pela APF.

Diante do exposto, verifica-se que cabe ao órgão central do Sipepec definir os normativos que devem ser seguidos de forma uniforme por todos os órgãos integrantes do Sipepec quanto ao

instituto da prescrição de ressarcimento ao erário, em especial, quanto à definição da data inicial do prazo prescricional, para os casos previstos no art. 46 da Lei 8.112/90, e comunicar aos órgãos a respeito desses normativos. Além disso, para garantir a correta aplicação da prescrição, é necessário criar meios de controles quanto às prescrições declaradas pelos órgãos.

RECOMENDAÇÕES

1) Disponibilizar opção de geração de relatório gerencial, que contemple o uso pelo gestor de pessoal no contexto de sua unidade, e também a consulta geral por órgãos de controle, e que disponibilize listagem completa de casos de ressarcimento ao erário de órgãos a serem informados como parâmetro, trazendo como resultado, ao menos, as informações de total da dívida inicial e o saldo devedor.

2) Implementar controle sistêmico para:

(a) aprimoramento do registro de ressarcimentos ao erário, de modo a garantir que o procedimento seja uniforme, automatizado e que não ocorram registros com ausência dos parâmetros de automatização;

(b) aprimoramento da busca e da análise de uma determinada ocorrência de ressarcimento já cadastrada, contendo ao menos, e de maneira estruturada, o detalhamento da memória de cálculo efetuada e dos valores já pagos;

(c) acompanhamento de ressarcimentos ao erário, em especial emitindo mensagens automáticas às Unidade Pagadoras quando ocorrer a interrupção dos referidos ressarcimentos;

(d) acompanhamento de ressarcimentos realizados por meio de GRU; e

(e) acompanhamento dos casos de prescrição decretados pelos órgãos.

Achado nº 1, 3 e 4.

3) Em relação aos normativos relacionados ao assunto ressarcimento ao erário: (i) realizar levantamento detalhado, incluindo as orientações e as manifestações expedidas para órgãos individualmente e para todos os órgãos do Sipec; (ii) atualizar a base normativa dos procedimentos e orientações, em especial no que se refere às questões apontadas no presente trabalho de auditoria; e (iii) emitir ao final orientação sobre a obrigatoriedade da observação dos normativos atualizados para realização do procedimento de reposição ao erário.

Achados nº 1 e 2.

4) Estabelecer rotina de identificação periódica de indícios de possíveis irregularidades na alteração/interrupção dos lançamentos de rubricas de ressarcimento ao erário e encaminhamento aos órgãos do Sipec.

Achados nº 1, 2 e 3.

5) Definir os normativos referentes a prescrição de ressarcimento ao erário que devem ser seguidos de forma uniforme por todos os órgãos integrantes do Sipec, em especial, o

normativo com a definição da data inicial do prazo prescricional, para os casos previstos no art. 46 da Lei 8.112/90, e comunicar aos órgãos a respeito desses normativos.

Achado nº 4.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve por finalidade avaliar os mecanismos de controle e os normativos e orientações referentes ao tema de ressarcimento ao erário por agentes públicos ativos e inativos.

A partir das análises efetuadas, verificou-se que o cenário geral permanece análogo ao observado em 2017, quando a CGU explorou o assunto pela última vez: existem interrupções de ressarcimento ao erário motivadas precipuamente por decisões judiciais e óbito dos devedores, mas também há expressivo número de ocorrências com indícios de interrupções indevidas e/ou imotivadas. Assim, constatou-se que o monitoramento realizado permanece sendo insuficiente para garantir o pagamento de dívidas ao erário até a sua quitação integral.

Constatou-se, ainda, que os normativos principais são suficientes para disciplinar a regra geral do procedimento de ressarcimento ao erário. Não obstante, há oportunidades de melhorias das orientações que expressam, ao longo dos anos, os entendimentos do órgão central do Sipec acerca da matéria, os quais se encontram disponibilizadas no Sigepe Legis de forma desordenada e às vezes não localizável.

No que tange à prescrição dos valores devidos de ressarcimento ao erário, constatou-se que apesar de os órgãos integrantes do Sipec seguirem os dispositivos da ON/SGP/MP nº 05/2013, também fazem uso de diversos normativos divergentes dos normativos elencados pelo órgão central do Sipec a serem seguidos para declarar a prescrição nos casos previstos no art. 46 da Lei 9.112/90. Essa situação do uso de normativos divergentes tem impacto direto na definição do início da contagem do prazo prescricional para que a administração pública possa reaver seus recursos financeiros dentro da lei e averiguar a atuação do agente administrativo que deu causa à prescrição, se necessário.

Por fim, não obstante as informações apresentadas anualmente pelos órgãos integrantes do Sipec ao órgão Central, previstas na ON/SGP/MP nº 05/2013, faz-se necessário criar meios de controles quanto às prescrições declaradas pelos órgãos, para garantir a correta aplicação da prescrição nos casos previstos no art. 46 da Lei 9.112/90.

Neste contexto, foram apresentadas recomendações à SGPRT com o objetivo de reforçar os controles existentes, e a fim de eliminar ou mitigar a causa raiz dos problemas identificados.

Destaca-se que serão também encaminhadas, às unidades de pessoal responsáveis, os indícios de não conformidade identificados no contexto das análises efetuadas, para que sejam apurados e, em caso de confirmação, corrigidos.

Como benefícios advindos do presente trabalho, ao implementar melhorias nos controles existentes, incluindo medidas sistêmicas para prevenir novas ocorrências dessa natureza, espera-se que seja possível evitar futuros prejuízos ao erário, através de prevenção da interrupção indevida de ressarcimentos ao erário.

ANEXOS

I -MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA E ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA

A Secretaria de Gestão de Pessoas e de Relações de Trabalho apresentou suas considerações ao Relatório Preliminar nº 906388 no sistema e-Aud, por meio de Despacho DEREBS/SGPRT e da Nota Informativa SEI nº 13924/2023/MGI, de 22 e 23 de maio de 2023, respectivamente, transcrito a seguir.

Manifestação da unidade auditada:

Recomendações nºs 3 e 5 - Despacho DEREBS/SGPRT (Processo nº 19975.113580/2023-18)

2. Informamos que as recomendações acima serão sanadas com a elaboração de um novo normativo, que pretende substituir os anteriores, compilando os regramentos vigentes em um só instrumento, bem como corrigir a divergência sobre a data inicial do prazo prescricional para a reposição ao erário.

3. Solicitamos prazo até 22 de dezembro de 2023, pois será necessária uma revisão mais apurada dos normativos e a publicação de um novo instrumento legal, cuja tramitação, até sua efetiva publicação, passa por outras unidades deste Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI, a exemplo da Consultoria Jurídica junto ao MGI.

Análise da equipe de auditoria

A unidade auditada, em sua manifestação, concorda com as recomendações nº 3 e 5 propostas, solicitando o prazo de 22 de dezembro de 2023 para atendimento. Dessa forma, fica estabelecido o prazo solicitado para a implementação das mencionadas recomendações.

Manifestação da unidade auditada:

Recomendações nºs 1 e 2 - Nota Informativa SEI nº 13924/2023/MGI

3. Inicialmente, em relação aos achados encontrados, são importantes esclarecimentos no tocante ao achado de item 3, I, que versa sobre "Ausência de padrão nos lançamentos de ressarcimento pelas unidades do Sipep". No tópico, é apresentado que os lançamentos de ressarcimento ao erário realizados pelos órgãos não são uniformes, destacando-se que:

[...]

- há órgãos que utilizam as rubricas 00145 (REP.ERARIO L.8112/90-10486/02) e 00804 (INDENIZ.AO ERÁRIO LEI 8.112/90) para lançamento de ressarcimento ao erário, a depender da situação;
- há órgãos que utilizam apenas a rubrica 00145 (REP.ERARIO L.8112/90-10486/02), para todos os casos;
- alguns órgãos mencionaram ainda rubricas diferentes, tais como a rubrica 82954 (REP.ERARIO L.8112/90 CUSTEIO) e a rubrica 83212 (REP. ERARIO L8112-SEM INC.PSS." (Relatório Preliminar - Auditoria nº 906388, p. 20-21)

4. Quanto à utilização das rubricas, informa-se que o gestor da UPAG deve observar a natureza da parcela a que se refere a devolução/reposição ou indenização ao erário, verificando a incidência devida, e lançá-la na rubrica adequada. Nesse sendo, a rubrica 145 (REP.ERARIO L.811290-1048602) destina-se a reposições ao erário, possuindo incidência para IR e previdência; a rubrica 804 (INDENIZ.AO ERÁRIO LEI 8.112/90) destina-se ao pagamento de danos causados (indenização) à Administração pelo servidor, não ocorrendo incidência para IR e previdência; a rubrica 82954 (REP. ERÁRIO L 8112/90 CUSTEIO) destina-se a reposições ao erário

em razão de recebimento indevido de despesas de custeio, tais como Auxílio Alimentação, Auxílio-transporte e demais rubricas de custeio; e a rubrica 83212 (REP. ERARIO L8112-SEM INC.PSS) destina-se a casos de devolução de valores recebidos indevidamente de rubricas que não incidem para PSS e RGPS.

5. Assim, na hipótese de pagamentos indevidos realizados no exercício e cujas devoluções ao erário são efetuadas dentro do mesmo exercício, devem ser utilizadas as respectivas rubricas de pagamento (como desconto).

[...]

7. Dessa forma, a não uniformização é decorrente das diferentes hipóteses de incidência, que devem ser averiguadas caso a caso.

8. Em relação às recomendações, analisado o teor delas, registra-se que à DESIN competem as Recomendações nº 1 e 2, que dispõem:

[...]

9. Sobre elas, informa-se que o atendimento só poderá ser planejado após a publicação da revisão normativa, conforme indicado no Despacho da DEREBS/SGPRT (SE3I 4130556), no prazo de até 22/12/2023. Porém, além da revisão do normativo, a implementação das recomendações depende de recursos (orçamentário e da capacidade de atendimento dos nossos fornecedores), com a necessidade de detalhamento dos requisitos, e respectiva definição de priorização em relação às outras necessidades dessa Secretaria. Por tais razões, indicamos que não será possível evoluir no atendimento dessas recomendações ainda neste ano.

10. Por outro lado, apresenta-se que a CGINF/DESIN está desenvolvendo Painel de Reposição ao Erário, cujo resultado subsidiará a Administração de informações para acompanhamento até a implantação do controle sistêmico recomendado. O Painel poderá ser disponibilizado para outros usuários (CGU), caso solicitado. Porém, trata-se de dados sensíveis, ainda está na primeira versão e será continuamente aprimorado.

Análise da equipe de auditoria

Com relação à manifestação referente ao item 3.I do Relatório Preliminar, apesar da argumentação e demonstração da Secretaria de que a falta de uniformização na utilização das rubricas de ressarcimento ao erário se deve às diferentes circunstâncias que envolvem a incidência ou não de imposto de renda e previdência, devolução de despesas de custeio e de valores recebidos indevidamente, as quais devem ser analisadas individualmente, tais esclarecimentos não eliminam a constatação apontada no achado. Isso se deve ao fato de que as análises realizadas evidenciaram a utilização arbitrária das rubricas, ou seja, sem considerar as particularidades de cada uma delas no contexto de ressarcimento ao erário.

Portanto, as informações adicionais fornecidas nesta manifestação não alteram a constatação, e o texto do achado permanece inalterado.

Com relação às Recomendações nº 1 e 2, considerando que o cumprimento dessas recomendações está condicionado à implantação da Recomendação nº 3, cujo prazo é 22 de dezembro de 2023, estabelece-se um prazo inicial de 90 dias após o prazo solicitado para a Recomendação nº 3.

Ressalta-se que não houve manifestação em relação à Recomendação nº 4, a qual permanece inalterada.